

As estratégias e os desafios do Sindicato dos Jornalistas na defesa dos trabalhadores da notícia

*Fernanda Rios Petrarca*¹

Introdução

Esse texto está inserido numa investigação mais ampla que teve como objetivo analisar os conflitos em torno da regulamentação do exercício do jornalismo e a exigência de critérios formais para o ingresso nessa atividade². Mais especificamente, as preocupações estavam voltadas para a análise dos confrontos entre os jornalistas pela definição dos recursos legítimos para entrada e crescimento na hierarquia interna do jornalismo. O princípio mais geral que orientou esse trabalho é o de que a profissão não é apenas um espaço de disputa pelo controle do mercado, como acreditam as perspectivas que analisam os processos de profissionalização pelos quais passam as atividades ocupacionais³ (Barbo-

Recibido: 19-06-08 - Aceptado: 23-11-08

UFRGS/pós-doutorado júnior (CNPq) do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS. Endereço: Rua Lobo da Costa, 790, apt. 401. Pelotas. Rio Grande do Sul. Brasil. CEP 96010-150. Att - Email: f.petrarca@uol.com.br

- 1 Doutora em Sociologia pela UFRGS. Atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior (CNPq) do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS. E-mail para contato: f.petrarca@uol.com.br
- 2 Essa investigação é fruto de minha tese de doutorado (Petrarca, 2007) realizada no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS. Tal tese contou com uma bolsa de doutorado do CNPq.
- 3 A chamada “sociologia das profissões”, apesar de internamente diferenciada no que diz respeito às concepções sobre os processos de profissionalização, foi marcada pela análise do sistema de credenciamento social e dos critérios fundamentais de entrada numa profissão. Tal escola chamou a atenção para um conjunto de estratégias coletivas realizadas pelas instituições profissionais para estabelecer o monopólio sobre um mercado específico de serviços.

sa, 1993; Freidson, 1998, 2001; Larson, 1977), mas é ainda um espaço de confronto entre agentes que possuem recursos sociais diferenciados. Nesse sentido, os conflitos em torno da regulamentação da profissão são reveladores não só de um confronto pelo monopólio de certos serviços, como também de uma disputa para definir os recursos que podem ser aceitos para o ingresso na atividade. Nessas disputas, os agentes comprometem os recursos que acumularam durante seu trajeto social e profissional e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade (Boiegol e Dezalay, 1997; Boltanski, 1982; Bourdieu, 1984, 1998b). O ponto de partida dessa investigação consistiu numa série de debates e discussões sobre a exigência da formação superior para o ingresso no jornalismo e o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo.

A imposição de certos critérios formais e de estabelecimento de instâncias de regulação tem sido um desafio freqüente para as entidades sindicais e de representação dos jornalistas, as quais lançam mão de um conjunto de estratégias para determinar as normas formais de ingresso no jornalismo. Nessa batalha, tais entidades enfrentam a constante oposição dos empresários da comunicação. Diante disso, este artigo centra no exame das entidades sindicais, procurando demonstrar os pontos de vista e as concepções da profissão de jornalista expressas na defesa do diploma e do Conselho Federal de Jornalismo e a relação disso com as trajetórias sociais e profissionais das principais lideranças sindicais⁴. A análise dos trajetos escolares, da formação acadêmica, da inserção sindical e da atuação em outras esferas sociais, tem como objetivo examinar as bases sociais que respaldam a defesa do título acadêmico e do Conselho Federal de Jornalismo (Bourdieu, 1998a; Canêdo, 2002a, 2002b; Coradini, 2002).

A fórmula “lutar por uma melhor qualificação”, “em defesa do jornalismo”, ou ainda “em defesa da sociedade”, economiza em termos explicativos e oculta os princípios que estão em jogo entre os sindicalistas para defesa de normas legais e instâncias de regulação da categoria. Para apreender os princípios que estão em jogo é preciso considerar, por um lado, que não é somente o controle sobre a profissão que move os atores sindicais, mas concepções que possuem implicações para a forma como a profissão deve se organizar e o que implica o trabalho social do jornalista. Tais concepções dependem tanto das condições sócio-históricas inscritas nas próprias instituições quanto dos recursos individuais fruto

4 Foram analisadas 14 lideranças: presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, sete membros da diretoria de tal sindicato, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), secretário geral da FENAJ, dois membros da diretoria da FENAJ, presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor). Cabe ressaltar que muitas dessas lideranças circulam em várias dessas entidades simultaneamente.

da socialização dos sindicalistas. De outro lado, as entidades sindicais não são apenas instâncias de regulação profissional e de negociação coletiva, mas elas exercem a importante função de recrutamento e consagração social de seus membros possibilitando o acúmulo de certos recursos sociais. Na impossibilidade de explorar todas essas considerações, esse texto se limita a examinar as concepções de profissão que respaldam a defesa do diploma e do Conselho Federal de Jornalismo pelas entidades sindicais e a relação de tais concepções com as trajetórias das lideranças sindicais. Tal análise fornece indicações preciosas sobre a importância dos recursos obtidos na esfera sindical para atuação profissional.

Assim, tendo em vista as preocupações mais gerais que orientaram esse estudo, o presente texto consiste na apresentação de alguns resultados do exame dos conflitos para imposição dos critérios formais para regulamentação do jornalismo. O material empírico utilizado consistiu na análise de documentos produzidos pelas entidades nacionais e pelo sindicato regional do Rio Grande do Sul e entrevistas com as principais lideranças nacionais e regionais. A idéia principal é a de que a defesa da exigência do diploma e da criação do conselho, por parte das entidades sindicais, estão relacionadas não apenas a uma necessidade imprescindível de controlar o mercado, ou de estabelecer uma relação garantida no mercado de trabalho; mas uma forma de atuar politicamente, seja em defesa dos valores democráticos e da sociedade como um todo, seja se inserindo na política governamental e estatal. É dentro da esfera sindical e dos movimentos políticos que os jornalistas analisados acumularam recursos fundamentais para fazer do jornalismo uma atividade de atuação e intervenção política.

O título acadêmico e o Conselho Federal de Jornalismo: “uma exigência que interessa a sociedade”

Em 2001 a aprovação de uma liminar que suspendeu a exigência do diploma de nível superior em jornalismo para o exercício da profissão, provocou diversas entidades e instituições que reúnem a categoria, bem como proprietários e diretores de jornais, a se posicionarem a respeito do assunto. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e os sindicatos dos jornalistas se manifestaram a favor da exigência do diploma afirmando que é nas universidades que se aprende os fundamentos básicos da profissão, o conhecimento técnico específico para ser jornalista e os requisitos necessários para o exercício de sua função social. A defesa do diploma por parte de tais entidades aparece associada ao exercício do papel social dos jornalistas, uma vez que a universidade promove o desenvolvimento do *espírito crítico* e não apenas aprendizagem da técnica jornalística. Nessa visão, o jornalista é aquele que fornece conhecimento e informação para a sociedade se mobilizar, permitindo aos

cidadãos uma posição crítica diante da realidade. O seu papel social envolve uma ação diante da realidade e a capacidade de olhar criticamente os processos sociais. Tal capacidade se adquire na universidade. Assim, a formação superior em jornalismo é apresentada como de interesse não só dos jornalistas, mas da sociedade como um todo, visto que é de direito de todo o cidadão uma *informação de qualidade, ética e democrática* que contribua, ao mesmo tempo, para promover as modificações necessárias na sociedade, fazendo do indivíduo um cidadão ativo diante da realidade.

O diploma não implica em um direito restrito aos formandos, ele é diretamente remetido ao *interesse público*. Ao remeter a questão ao *interesse público*, esses jornalistas estão contribuindo para demonstrar que a regulamentação não é uma questão de interesse de um grupo profissional apenas, não está restrita a uma categoria, no entanto atinge toda a sociedade. Ao mesmo tempo, a defesa pela formação universitária aparece como uma negação ao corporativismo, pois não pretende estabelecer reserva de mercado nem atingir apenas os critérios de entrada na profissão, delimitando quem deva exercer a atividade, mas propte-se a ter como principal referência o *interesse da sociedade* e o desempenho de um compromisso social. A qualificação formal deve ser uma exigência porque permite a construção de notícias com rigor profissional, o que seria fundamental para um *mundo mais democrático e justo*. Nesse sentido, o ataque ao diploma é apresentado como um ataque ao futuro da democracia do país, assim como as *liberdades sociais, a cidadania, a imprensa livre*, mais do que uma ofensiva aos jornalistas em particular.

Os pontos de vista expressos, no decorrer do debate sobre o diploma, ilustram uma relação entre conhecimento, adquirido nas universidades, e ação, exercida nas suas formas mais variadas como defesa da democratização, crítica ao monopólio da mídia, entre outras. Essa relação entre conhecimento e ação denota que as discussões não devem ficar circunscritas aos universos profissionais, devem voltar-se para a sociedade e deste modo nada deve escapar a uma atitude prática na realidade social. Esses jornalistas se dedicam a uma ação na esfera política, nas mobilizações e manifestações sociais, sem hesitação e acrescidos ainda de uma qualificação especial para isso adquirida nos centros universitários. Nessa perspectiva conhecimento e ação não se separam e toda a ação supe um acesso a realidade. O jornalista é o profissional que deve olhar criticamente todos os processos sociais, *inclusive os meios de comunicação de massa*, e em função disso ele não tarda a se posicionar contra os *donos da mídia* se opondo ao controle que exercem sobre os *instrumentos de poder social* que são os diversos veículos de comunicação.

O Programa de Qualidade de Ensino de Jornalismo promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em parceria com outras entidades como o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo

(FNPJ) e a Sociedade Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), aponta como fundamental a relação próxima que as escolas de comunicação devem manter com setores organizados da sociedade civil que atuem em defesa da democratização da comunicação, contribuindo assim para o avanço dos movimentos sociais em direção a cidadania e a construção da democracia. Dessa forma, o jornalista é visto como profissional engajado politicamente e o diploma se torna um importante recurso para agir na esfera da militância política.

O trecho abaixo, extraído de uma entrevista realizada com o secretário geral da Federação Nacional dos Jornalistas, que também é membro da atual diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo e coordenador geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), reforça esses pontos de vista.

Os donos dos meios de produção da informação são segmentos que mais acumulam riqueza no mundo, ou seja, é um segmento da burguesia, da classe dominante que mais acumulou dinheiro nos últimos 50 anos. E paradoxalmente seus trabalhadores não conseguem ter a mesma valorização. É um local onde há riqueza, essa riqueza não é distribuída, é altamente concentrada. Essa concentração, essa oligopolização dos meios no Brasil, no mundo também, mas no Brasil muito mais, ao contrário de países como Estados Unidos, França, Itália e outros países onde existe uma regulação razoável que impede a concentração ou inibe, diminuindo a tendência de concentração do capital. Isso é uma tendência que Marx já tinha detectado. Alguns países são mais severos com isso, como os Estados Unidos que são muito zelosos com relação a concentração, oligopolização e monopolização. No Brasil não há nada disso, ou seja, a desregulamentação é inédita com relação ao resto do mundo. As leis que existem são poucas para dar conta dessa situação [...] A desregulação só serve aos fortes. Abrir mão da regulação é capitular a idéia de que vence o mais forte. Há um movimento internacional, e no Brasil muito forte, capitaneado pela Sociedade Interamericana de Imprensa que tem um corte liberal fortíssimo cujo princípio é “lei melhor é lei nenhuma” e isso está impregnado na imprensa brasileira que não quer qualquer gerência sobre o seu negócio. Quando se propte, dizem que estão atacando a liberdade de expressão. É preciso se criar regulações sobre toda extensão da informação [...] O problema dos jornalistas e do acesso a profissão no Brasil é que se nós não tivermos uma regulação, se não tivermos quem diga quem vai ser jornalista, nós seremos os piores e não os melhores, seremos os mais baratos, os mais servis, nós teremos os mais oficialistas, os mais submetidos aos interesses desses empresários (entrevista liderança sindical).

Esse extrato da entrevista permite destacar algumas questões que aparecem relacionadas à defesa do diploma. Uma delas está vinculada ao discurso marxista, engajado na luta de classes e colocando o jornalis-

ta na condição de operário e trabalhador da notícia, em contraposição a uma burguesia forte que detém a riqueza. Os conflitos e as contradições entre a classe dominante e a classe trabalhadora para o acesso aos *meios de produção da informação* conduz a necessidade do título acadêmico. O título, assim, se torna um importante recurso nessa luta política. De um lado, aparece o proprietário do jornal como representante da classe burguesa, e de outro o jornalista representando os trabalhadores. A outra questão que se destaca no discurso diz respeito à distribuição da riqueza. Isso quer dizer que o diploma não vai permitir somente um acesso regulado ao mercado, mas também vai permitir uma distribuição mais igualitária da riqueza, *diminuindo a tendência de concentração do capital*. O discurso marxista se torna um meio para justificar a eficácia e necessidade real do diploma.

Nesse sentido, a exigência do diploma aparece associada também a uma oposição e uma postura crítica diante dos donos de veículos de comunicação, da monopolização e da oligopolização dos meios de comunicação. Mais do que proporcionar uma reserva de mercado, no sentido de restringir o exercício do jornalismo a pessoas não diplomadas na área, contribuindo assim para formar um espaço com fronteiras delimitadas, a necessidade do diploma serve para permitir uma frente de combate aos empresários da mídia que buscam, cada vez mais, um controle sobre os meios de comunicação. Cabe ressaltar que, na visão desses jornalistas, mais do que regular a atividade é preciso regular *toda a extensão da informação*, para com isso impedir a concentração da mídia. A profissão de jornalista aparece como uma atividade que deve estar menos submetida aos interesses dos proprietários da comunicação e mais voltada ao exercício de um olhar crítico e contestador que contribua para conter o monopólio das empresas de comunicação. O diploma, nesse caso, é apontado como necessário não só porque permite o acesso seguro ao mercado e uma proteção frente ao sistema econômico que busca tornar a compra da força de trabalho mais barata, mas porque contribui para descentralizar o poder exercido pelos meios de comunicação na formação da opinião pública, conduzindo assim a uma situação de *democratização da comunicação*.

Com isso, pode-se perceber que predomina entre esses jornalistas uma determinada concepção de universidade e profissão que contribuem para fundamentar suas lutas pelo título acadêmico. Tanto o jornalismo quanto a própria universidade em seus pontos de vista devem estar comprometidos com a realidade, envolvendo-se e empenhando-se nas lutas pela democratização de certos setores, pelas liberdades e atuando em defesa da sociedade. Essas concepções mais gerais do papel social da universidade e do jornalismo contribuem para associar a defesa da obrigatoriedade do diploma, de um lado, à necessidade de uma regulamentação formal que delimite os critérios de entrada; de outro lado, a

uma ação política manifestada não só na luta pela cidadania, democratização dos meios de comunicação, oposição ao monopólio da mídia, mas também através da inserção em movimentos sociais e na esfera da política (governos, Estado, partidos).

Além disso, paralelo e relacionado aos debates a respeito da exigência e valorização do diploma em jornalismo despontou no cenário nacional os conflitos em torno da criação do Conselho Federal de Jornalismo. O projeto que pretende regulamentar o exercício da profissão e estabelecer os critérios formais de entrada através de um conselho profissional entrou na agenda das entidades sindicais, sobretudo em função da liminar que impediu a exigência do título acadêmico em jornalismo. Tal proposta foi aprovada pelo Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva e enviada, em 2004, para o Congresso Nacional, o que provocou novamente um intenso debate a respeito da regulamentação da atividade. Entidades voltadas aos proprietários de jornais e diretores de imprensa manifestaram-se contrários ao projeto por acreditarem que ele feriria a liberdade de imprensa e expressão a partir do momento em que uma instância específica controlasse o exercício e acesso à profissão, limitando quem deveria praticar o jornalismo. Por outro lado, sindicatos da categoria e entidades ligadas a eles, colocaram-se a favor, defendendo o disciplinamento e normatização do jornalismo como necessários ao seu exercício sem significar cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão. Para os sindicatos a criação de um órgão que visa estabelecer as normas e critérios para o exercício do jornalismo contribui para zelar pela qualidade da informação e princípios éticos da profissão, possibilitando ao leitor notícias com elaboração criteriosa seguindo os preceitos do jornalismo. O conselho viria a recuperar o *vazio legislativo* provocado pela perda da exigência do diploma. Suas pretensões não incidem apenas pela regulamentação da atividade, mas também pela necessidade de regular *os donos dos meios de produção jornalísticos*. O conselho teria o papel de polícia, punindo os jornalistas que exercem o jornalismo ilegalmente, controlando o não cumprimento das normas, contribuindo assim para conter o monopólio e a concentração da mídia.

Essas entidades acreditam que o envio ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, do projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo é uma conquista não só dos jornalistas, mas também da sociedade, uma vez que ele é de interesse da sociedade e não apenas da categoria. A defesa do Conselho Federal de Jornalismo aparece associada a uma ação diretamente relacionada aos interesses dos cidadãos e da democracia não se restringindo aos interesses corporativistas. Nessas vistas ele se torna um instrumento fundamental para a prática democrática, uma vez que ele não será apenas fiscalizador, mas *um meio de inclusão social*. Portanto, defender o Conselho significar agir em prol da democratização dos meios de comu-

nicação, impedir a concentração da mídia e defender os interesses públicos, de forma geral.

O projeto ao longo do período sofreu algumas modificações. A mais recente centra-se no nome. De Conselho Federal de Jornalismo passou a chamar-se Conselho Federal de Jornalistas, com intuito de deixar claro, segundo as lideranças da Federação Nacional dos Jornalistas, que a atuação do órgão é *para os jornalistas* e não pretende regular o *jornalismo*. Além disso, o Conselho pretende atuar na formação dos jornalistas e na qualificação dos cursos universitários criando a categoria *professor jornalista*. Nesse projeto, o conselho irá atuar na avaliação dos cursos observando o seu funcionamento. Em função disso, a referida federação não foi a única instituição a se manifestar a favor, mas também o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, entidade essa que atua em parceria com a FENAJ em diversas situações. Segundo o presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, isso será feito em parceria, uma vez que a FENAJ e o FNPJ já desenvolvem atividades em conjunto em função do Programa de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo, promovido pela Federação. A relação dessas entidades consolida uma rede que não é apenas institucional, ao sentido de vínculos entre entidades, mas também uma rede de contatos que é fortalecida por laços externos as instituições, como o vínculo que as lideranças estabelecem com partidos políticos.

Tanto o projeto de criação do conselho quanto à imposição do diploma fazem parte da Campanha pela Valorização da Profissão de Jornalista promovida pelas entidades sindicais e, desse modo, elas aparecem associadas a concepções comuns de jornalismo e universidade que remete a profissão de jornalista a um papel eminentemente político diante da sociedade. Um papel que implica em atuar em defesa da democracia, da população, dos cidadãos e se inserir na esfera da política, seja através de partidos políticos, movimentos sociais ou ainda no próprio Estado. Dessa forma, é possível afirmar que o Conselho faz parte das estratégias dos sindicatos para garantir espaço, a um grupo de jornalistas, na estrutura burocrática e de decisão.

Trajetórias sociais, profissionais e políticas das lideranças sindicais

As questões acima destacadas a respeito da defesa do diploma e do Conselho Federal de Jornalistas revelam determinadas visões sobre a profissão. Mas, tais percepções precisam ser compreendidas sob o ponto de vista dos atores que as expressam, levando em consideração os recursos que acumularam ao longo do processo de socialização e do sentido que atribuem ao seu percurso. A investigação das trajetórias permite mostrar, de um lado, as bases sociais que fundamentam as percepções sobre a profissão, as quais correspondem tanto às origens sociais quanto

à formação escolar, bem como as modalidades de inserção profissional e a relação que os jornalistas estabelecem com outras esferas sociais, como a sindical, a dos partidos políticos e movimentos sociais. De outro lado, a condição de sindicalista pode ser tomada como indicação de posição e acesso a certos recursos sociais que podem ser reconvertidos para atuação profissional ou então para atuação na esfera da política. Entretanto, é preciso ressaltar que essas duas formas de atuação não são apresentadas como antagonicas, nem tampouco separadas. Essa mesma condição e a reconversão de recursos pode também revelar uma concepção de profissão que remete a uma atuação política e que não se restringe ao exercício profissional *stricto sensu*. Na impossibilidade de explorar todos os elementos extraídos dos casos analisados, esse texto se deterá em algumas características que se destacaram como relevantes na análise da importância dos recursos obtidos pela militância sindical para o exercício do jornalismo.

Um primeiro aspecto que se destacou diz respeito às concepções da profissão de que são portadores essas lideranças e as definições que apresentam para justificar suas intervenções e que tornam suas estratégias inteligíveis. De forma geral, a realização do curso de graduação em jornalismo é apresentada como fundamental para o exercício prático seja ele do próprio jornalismo, seja o exercício prático da militância político-partidária. O relato abaixo do presidente da Federação Nacional dos Jornalistas ilustra esse ponto de vista a respeito da formação acadêmica.

O curso foi muito responsável por isso, as aulas, o discurso engajado do Daniel e da própria Maria Helena que não viam o jornalismo acético, distante da sociedade, em marte, o famoso homem de marte, que não se envolve com nada, que não tem time de futebol, que não tem partido político. Essa crítica a esse tipo de jornalismo acabou me contaminando até de mais, eu diria, de certa forma. Eu acho que o principal responsável por isso foi à própria universidade. A formação que eu tive aqui que me levou a militância política tanto no movimento universitário quanto também no movimento político, partidário, mesmo. O Daniel especial defendia a necessidade de o próprio jornalista ter uma militância que fosse além das questtes e dos muros da universidade, que fosse uma militância social e efetiva mesmo (...). Tu vai dizer, mas tem um monte de gente que não fez essa opção. A maioria não fez essa opção.

A própria importância atribuída ao curso de jornalismo e a universidade está relacionada à capacidade da faculdade promover o engajamento, uma vez que o jornalismo não deve estar distante da sociedade e a universidade proporciona essa reflexão. A universidade ensina a técnica, mas também a crítica, pois *é a universidade que abre a cabeça*. O curso de jornalismo permite o entendimento da realidade, *abrindo as portas no sentido crítico, de visão da sociedade*. Isso indica uma visão militante ao mesmo tempo da universidade e do próprio jornalismo.

O que esses relatam permitem compreender a respeito das concepções à cerca da formação em jornalismo diz respeito a dois aspectos fundamentais. A formação adquire valor, por um lado pela possibilidade de intervenção na realidade social, manifestada em partidos políticos, movimentos sociais, sindicais. Por outro, pela possibilidade de intervenção na realidade jornalística. O jornalismo é visto como uma atividade que implica não só em uma técnica de escrita e redação, mas em uma relação com a realidade, com a sociedade, seja através da compreensão e análise, seja através da intervenção e manifestação em torno de assuntos de interesse público.

Um outro aspecto que merece atenção está relacionado à militância estudantil, inserção político-partidária e sindical desses jornalistas. Do conjunto dos casos, manifestou-se, inicialmente, militância estudantil ativa em centros e diretórios acadêmicos já no período da graduação e inserção em partidos políticos, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT). Posteriormente a militância estudantil, *como caminho natural*, deu-se a inserção em sindicatos da categoria, como sindicato dos jornalistas e em seguida Federação Nacional dos Jornalistas. Associado a essas militâncias está à inserção em partidos políticos de esquerda. Quando questionado a respeito de sua inserção em movimentos estudantis e sindicais e partidos políticos, um dos entrevistados se manifestou afirmando que

(...) Ou tu fazia isso, ou tu te alienava completamente. Era uma coisa natural participar politicamente (...) Ou tu partia para um caminho bem oposto. Era uma coisa natural. Eu tinha que fazer aquilo, eu me indignava com as injustiças sociais. O meu caminho foi, bom, aonde eu vou encontrar? É no movimento social, no movimento sindical, no movimento estudantil. Eu achei a coisa mais normal (entrevista 43)

A militância é visto como algo *natural*, como um caminho inevitável para quem toma posicionamentos políticos, para quem tem uma *consciência política*, ou quem não se conforma com as injustiças e os problemas sociais. A militância é apresentada como o caminho para construção de um pensamento contestador e crítico, como também de não se manter alheio aos acontecimentos políticos, tornando-se um *cidadão político*, o oposto do princípio da alienação. Pode-se constatar com isso que predomina nesse conjunto de jornalistas a proximidade com o universo da política. O militantismo, seja na sua forma sindical, de movimento estudantil ou partidário, proporciona uma maneira específica de acesso à política possibilitando inclusive o acesso a certas atividades jornalísticas, como assessorias públicas, assessorias para movimentos sociais, assessorias para partidos e em campanhas eleitorais, bem como ocupar cargos na burocracia pública como diretor de comunicação e secretário de comunicação. A militância político partidária e também a sindical, associada ao exercício do jornalismo fornece os

meios necessários para conquistar certos postos. O que é interessante é que as inserções na militância não são vistas como algo acidental ou que desvie da profissão, mas ao contrário, são prova de qualidades extraordinárias. A militância política é vista como uma aprendizagem e como uma qualificação que fornece um saber especial sobre o social, sobre as condições de organização.

Abaixo um dos relatos, acerca de como obteve seu primeiro emprego no mercado jornalístico, indica algumas pistas de análise a respeito da importância que assume a militância política.

R: Foi logo depois que eu me formei, eu me formei em meados de 84, nós montamos uma empresa, eu acho que foi a primeira empresa a trabalhar com o conceito de comunicação no estado, Multimídia Comunicação Ltda. Um grupo de formados, formou e a gente começou a trabalhar, a fazer trabalho de jornalismo, mas com um viés mais aberto e um ano depois fui convidado para trabalhar no Diário. O Diário tava se implantando em 1985/1986, aqui. Eu trabalhei no piloto do jornal. O principal responsável para eu entrar no jornal foi o Renan Antunes de Oliveira que na época era coordenador de produção, eu acho, no jornal. E o Renan me levou para fazer sindicato lá dentro do jornal. P: E ele era do sindicato? R: Ele não, ele era, foi da oposição, sempre foi da oposição, mas não era da diretoria do sindicato, mas apoiava e tinha vínculos. E o Renan me levou para sindicalizar as pessoas lá, trabalhar mais no sentido de, ele fez e me colocou na editoria de economia, fiquei, um ano, um ano e pouco trabalhando no jornal até que as coisas se acirraram lá dentro do jornal e aí eles começaram a demitir (entrevista 42).

Esse é caso merece dedicação especial uma vez que seus principais empregos e postos profissionais foram conquistados graças às indicações de colegas do movimento sindical e do Partido dos Trabalhadores. Além de atuar em jornais, também coordenou campanhas eleitorais do referido partido, trabalhou na prefeitura de Florianópolis quando o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições municipais na qualidade de assessor de comunicação do vice-prefeito.

O que caracteriza os trajetos dessas lideranças é uma diversidade de vínculos, não só sindicais, como políticos, obtidos através da inserção em partidos políticos. Esses dados permitem colocar que a militância seja ela exercida no espaço dos sindicatos, dos partidos políticos ou de entidades eclesiais, possibilita não só uma qualificação especial, um saber sobre o social valorizado entre as lideranças, mas também permite o acesso a certas posições e postos dentro do jornalismo. Uma dessas posições ocupadas é a de assessor ou consultor e diretor ou secretário de instituições públicas. O trabalho de assessoria ou consultoria prestada para campanhas eleitorais, sindicatos, movimentos sociais diversos, bem como o serviço na burocracia pública como secretário de comunicação ou diretor de emissora pública é visto como uma forma de exercício profissional pelo conjunto dos jornalistas considerados. A

ocupação desses cargos se dá em nome de uma “competência profissional”. Entretanto esses postos são conquistados através de uma rede de contatos e vínculos políticos que permitem associar o exercício da profissão ao exercício de uma atividade política. Essa rede de contatos ocorre no interior dos partidos políticos e é intensificada nos sindicatos. Além disso, esse tipo de uso do jornalismo e a combinação entre títulos profissionais e demais títulos obtidos pela inserção militante revela uma atuação polivalente e uma “expansão horizontal”⁵ da profissão. Essas questões indicam para uma das modalidades de utilização do exercício profissional que aparece em associação com ocupação de cargos políticos. Tal uso da condição profissional e do título escolar está condicionado ao exercício do militantismo.

Além disso, tem se tornado relevante o fato de que essas inserções não são apresentadas como prejudiciais ao exercício da profissão e de seus critérios de objetividade e neutralidade, ao contrário, são vistas como qualidades que estão diretamente relacionadas à profissão; uma vez que o jornalista deve ser um *militante em todos os sentidos* e deve lutar não só pela *veracidade* das informações que produz no interior das redações, como também luta em defesa da sociedade e da democracia. A inserção política e a militância, nesse caso, são vistas como uma forma de contribuir para o exercício de um *comportamento crítico, transformador e inquieto*.

Assim, eles associam o trabalho jornalístico à preocupação em se colocar a serviço da construção política do país, contribuindo ao mesmo tempo para formação de uma opinião pública e consciência nacional. O exercício do jornalismo seja em jornais, rádios, televisões, ou ainda em universidades na qualidade de professores é apontado como um exercício transformador, seu papel é provocar através das notícias e das aulas as mudanças sociais, permitindo ao público a que se dirija capacidade para promover modificações. Suas percepções do trabalho jornalístico colocam esse profissional numa posição ativa, na qual a postura crítica e contestadora é essencial. Tais considerações a respeito da militância partidária e política indicam um uso político do diploma de jornalista em vários sentidos. No sentido de conquistar uma posição dentro da burocracia, através dos cargos e no sentido de um posicionamento político, de colocar o jornalismo a serviço da realidade, da democracia, de uma comunicação pública. A inserção na esfera sindical, associada ao investimento nos partidos políticos, permite acumular um conjunto de recur-

5 Essa expressão é utilizada aqui no sentido atribuído por Coradini (2006) em um dos seus trabalhos sobre o uso de recursos profissionais para fins eleitorais. Ao empregar essa expressão o autor se refere aos advogados que combinam o seu exercício com outros títulos profissionais, *numa espécie de “expansão horizontal” da profissão*. É uma das maneiras de ampliar a atuação é através das assessorias em diferentes esferas, com destaque para organismos públicos.

tos fundamentais para permitir o acesso à política, como também para ampliar os espaços de atuação profissional.

Considerações finais

As tomadas de posição em defesa do diploma, os posicionamentos a favor da constituição de um Conselho Federal de Jornalismo e as disputas para fazer valer o a regulamentação do jornalismo, estão relacionadas a certas concepções mais gerais a respeito do papel social do jornalista e da universidade. Nesse sentido, esses projetos não estão separados nem são antagônicos, uma vez são constituídos por vistas comuns de sociedade, escola e jornalismo que contribuem para justificar tanto o fundamento do diploma quanto às intervenções concretas que pretendem instaurar, como no caso do projeto do Conselho Federal de Jornalismo. O que cabe destacar, por um lado, é que nessas lutas corporativas estão presentes esquemas de percepção e definição da condição profissional engendrados em um papel político do jornalista. Por outro lado, é preciso salientar que tal definição e esquemas de percepção resultam também do processo de socialização das próprias lideranças, das experiências que vivenciaram antes e durante a inserção nessas entidades. O militatismo, nesse caso estudantil, partidário e sindical, contribui não só para formação de “uma rede de relações” que podem ser mobilizadas em diversas situações, mas também para uma visão de mundo militante (Gaxie, 2005; Gaxie & Offerlé, 1985, Coradini, 2001).

Como se procurou demonstrar ao longo desse texto, de acordo com as manifestações das entidades de representação da categoria, a própria defesa do diploma e de outros critérios de regulamentação do jornalismo vão no sentido da negação do exercício profissional em sua definição estrita e formal. O sentido da defesa do diploma aparece associado não a uma ideologia meritocrática, mas à possibilidade de formação de uma consciência crítica e transformação social, bem como a idéia de uma utilidade pública que interessa a sociedade. Nesse sentido, o diploma e o Conselho Federal de Jornalistas constituem-se como objeto de disputas valorativas que envolvem determinadas concepções do papel da formação escolar, da universidade e da própria profissão. Papéis que, segundo esses jornalistas, estão voltados a uma atuação na realidade, a um engajamento na sociedade, no qual é necessário demonstrar *sensibilidade* à problemática social.

Os debates a respeito da defesa do diploma e da instauração de um conselho revelam que o controle sobre o exercício do jornalismo tem o significado de um posicionamento político que permite não apenas questionar os donos de jornais e a imprensa de modo geral, mas se inserir na esfera da política (movimentos sociais, partidos políticos, Estado). As mobilizações em torno de determinadas definições do jornalismo e da própria universidade traduzem um processo de politização dessa pro-

fissão. A defesa do diploma não é somente uma forma de controle de entrada e exercício do jornalismo como é também um instrumento de politização, na medida em que permite o desenvolvimento de um comportamento político manifestado na crítica social, no combate ao monopólio das empresas de comunicação, na luta por valores democráticos e na inserção política.

O exame do discurso de defesa da valorização do título acadêmico e sua relação com os itinerários dos jornalistas envolvidos em sua defesa, permitiram mostrar quem são os atores que participam dessas entidades e como são geradas as disposições que contribuem para tal concepção de profissão e diploma. Pode-se observar que a militância política e a socialização em partidos políticos, centros acadêmicos e sindicatos, tiveram um papel fundamental para uma determinada concepção e uso da profissão. O que caracteriza o trajeto dessas lideranças é a combinação de várias militâncias, como a estudantil, a sindical, atuação em partidos políticos, movimentos sociais. O elemento mais relevante consiste na maneira como as lideranças relacionam a escolarização e formação acadêmica com militância política. Os jornalistas, líderes de entidades sindicais, fazem de sua formação acadêmica um instrumento para atuar na esfera da política, seja se manifestando em prol da democratização da comunicação, seja atuando em partidos políticos e se inserindo na burocracia pública. Seus títulos adquirem valor pelo conjunto de recursos que acumularam fora da esfera escolar, sobretudo na militância política e que são reconvertidos para atuação no jornalismo. A associação da formação escolar com os investimentos militantes resultou na ocupação de postos diversos em assessorias para partidos, assessorias públicas, etc. Assim, pode-se perceber que, de um lado, a militância política predispõe a uma concepção política do título escolar e da profissão. De outro lado, ela funciona como um recurso nas lutas pela valorização da profissão. A própria tentativa de criação de um conselho representa uma estratégia para inserir uma determinada “elite de jornalistas” na estrutura burocrática do Estado e garantir espaços de decisão. O discurso de defesa da exigência do diploma em jornalismo e a necessidade de um conselho que controle a entrada dos jornalistas, ao mesmo tempo, em que tem por finalidade restringir espaço aos diplomados, se tornam importantes recursos para intervir, em nome da profissão, na esfera da política.

Referências Bibliográficas

- Barbosa, Maria Ligia de Oliveira (1993). “A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto”. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, Nº. 35, p.3-30.

- Boigeol, Anne e Dezalay, Ives. (1997). “De l’agent d’affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d’un espace professionnel”. *Genèses*, N°. 27, juin, p. 49-68.
- Boltanski, Luc (1982). *Les Cadres. La Formation d’un Groupe Social*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.
- Bourdieu, Pierre (1984). *Homo Academicus*. Paris, Editions de Minuit, 1984.
- Bourdieu, Pierre (1998a). “O Diploma e o Cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução”. In: *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, p. 127-144.
- Bourdieu, Pierre (1998b). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998b.
- Canêdo, Letícia Bicalho (2002a). “Gestão Familiar da escola e aprendizagem das habilidades para o ofício da política”. In: Almeida, Ana Maria F. e Nogueira, Maria Alice (organizadoras). *A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 76-100.
- Canêdo, Letícia Bicalho (2002b). *Os Usos da Educação na Carreira de Profissionais da Política*. CD ROOM XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, p. 1-27.
- Coradini, Odaci Luiz (2001). *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Relume Dumará, Rio de Janeiro.
- Coradini, Odaci Luiz (2002). *Escolarização, Militantismo e Posições Políticas*. CD ROOM XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, p. 1-36.
- Coradini, Odaci Luiz (2006). “Relações Profissionais e Disputas Eleitorais”. In: Barreira, C & Palmeira, M. *Política no Brasil. Vistas de Antropólogos*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, pp. 267-297.
- Freidson, Eliot (1998). *Renascimento do Profissionalismo*. São Paulo, Edusp.
- Freidson, Eliot. (2001). “La teoría de las profesiones estado del arte”. *Perfiles Educativos*. Universidad Nacional Autónoma de México, Vol. 23, N°. 093, pp. 28-43.
- Gaxie, Daniel & Offerlé, Michel (1985). “Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital Social Collectif et Carrière Politique”. In: Birnbaum, Pierre (dir.). *Les Élités Socialistes au Pouvoir – 1980-1985*. Paris, Press Universitaires de France, pp. 105-138.
- Gaxie, Daniel (2005). “Rétributions du Militantisme et paradoxes de l’action collective”. *Political Science Review*, N. 11, p. 157-188.

Larson, Magali Sarfati. (1977). *The Rise of Professionalism*. University of California Press.

Petrarca, Fernanda Rios. (2007). *O Jornalismo como Profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre.

Resumo:

Esse paper analisa as estratégias dos sindicatos profissionais dos jornalistas e os mecanismos de ação para defesa do Conselho Federal de Jornalismo e dos trabalhadores da notícia. Os procedimentos metodológicos adotados foram entrevistas com as principais lideranças sindicais e análise de documentos produzidos pelas entidades. Esse estudo permitiu revelar que as estratégias sindicais estão relacionadas a concepções mais gerais do papel social do jornalista e de defesa de políticas democráticas de comunicação.

Palavras Chave: Trabalho; trabalhadores da notícia; estratégias; defesa; Sindicato dos Jornalistas.

Abstract:

This paper it analyzes the strategies of the professional unions of the journalists and the mechanisms of action for defense of the Federal Advice of Journalism and the workers of the notice. The adopted metodológicos procedures had been interviews with the main syndical leaderships and document analysis produced for the entities. This study it allowed to disclose that the syndical strategies are related the conceptions of the social paper of the journalist and defense of democratic politics of communication.

Key Words: Work; workers of the notice; strategies; defense; Unions of the Journalists.